

PALOP NEWS

SUPLEMENTO RELAÇÕES UNIÃO EUROPEIA E ÁFRICA



O CONTINENTE AFRICANO É O VIZINHO MAIS PRÓXIMO DA EUROPA.

Os laços que unem a África à União Europeia (UE), e em particular a Portugal, são amplos e profundos como resultado da história, da proximidade e de interesses comuns.

Com a Sexta Cimeira entre a União Africana (UA) e a UE e a conclusão das negociações do novo acordo de parceria entre a UE e o Grupo dos Estados de África, das Caraíbas e do Pacífico (ACP), 2020 será um ano fulcral para a realização de uma parceria ainda mais reforçada. Estão a surgir em África novas possibilidades e desafios resultantes da evolução económica, política, social, tecnológica, demográfica, climática e ambiental, o que exige estabelecer uma parceria com África, um continente que nos está muito próximo, para enfrentar, em conjunto, os desafios do século XXI e promover os interesses e futuro comuns.

As relações entre a UE e a África (onde obviamente os PALOP se inserem) são regidas pelo Acordo de Cotonou e pela Estratégia Conjunta África-UE, contendo ambos uma vertente política, económica e de desenvolvimento. A UE está a trabalhar activamente na promoção da paz e da segurança em África e participa em vários diálogos políticos

com a União Africana (UA), nomeadamente em matéria de democracia e de direitos humanos. A questão das migrações passou a ser um elemento fundamental das relações África-UE. O Fundo

129

2020

JUN. a SET.

AIDA

CÂMARA DE COMÉRCIO E INDÚSTRIA DO DISTRITO DE AVEIRO

PME QUALIFY
www.aida.pt

Europeu de Desenvolvimento continua a ser o principal canal da cooperação para o desenvolvimento em África.

O Acordo Cotonou, assinado em 2010, entre a UE e os Países de África, Caraíbas e Pacífico (ACP) / Cotonou Agreement que apesar de ter caducado em Fevereiro de 2020 continua em vigor, após acordo das partes em estendê-lo até Dezembro (Cotonou Agreement is Extended to December 2020).

Em Setembro de 2018 as partes iniciaram negociações sobre o futuro da sua cooperação após 2020. O objectivo é transformar a actual parceria num quadro político moderno que permita alcançar os objectivos de desenvolvimento sustentável.

No âmbito desta parceria, foi acordado concluir novos convénios comerciais (Acordos de Parceria Económica – APE) compatíveis com as regras da OMC, com vista a eliminar progressivamente os obstáculos às trocas comerciais bilaterais.



O QUE É O ACORDO DE PARCERIA DE COTONOU ENTRE A UE E OS PAÍSES DE ÁFRICA, DAS CARAÍBAS E DO PACÍFICO?

O Acordo de Parceria de Cotonou é o quadro jurídico que rege as relações entre a UE e 79 países de África, das Caraíbas e do Pacífico (ACP). Trata-se de um dos quadros de cooperação entre a UE e países terceiros mais antigos e abrangentes. Este Acordo, assinado em 2000 por um período de 20 anos, reúne mais de cem países (Estados-Membros da UE +79 países ACP) e representa mais de 1 500 milhões de pessoas.

A parceria ACP-UE centra-se na erradicação da pobreza e no desenvolvimento sustentável e inclusivo dos países ACP e da UE, abrangendo três domínios de acção prioritários: cooperação para o desenvolvimento, diálogo político e comércio.

POR QUE RAZÃO É NECESSÁRIO E IMPORTANTE MODERNIZAR O ACORDO?

O mundo mudou consideravelmente desde a celebração do Acordo de Cotonou, há quase duas décadas. Os contextos mundial e regional (na Europa, em África, nas Caraíbas e no Pacífico) evoluíram significativamente — tal como os desafios globais comuns a enfrentar e as oportunidades a aproveitar. Os principais objectivos da parceria devem, pois, ser revistos e adaptados às novas realidades. Assim, a UE pretende celebrar um acordo político abrangente, definindo uma agenda moderna, que se enquadre nos roteiros de desenvolvimento sustentável acordados a nível internacional (Agenda 2030 das Nações Unidas – Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), Programa de Acção de Addis Abeba, Acordo de Paris, novo Consenso da UE sobre o Desenvolvimento, estratégia global para a política externa e de segurança da UE, etc.). Os próximos meses serão cruciais, pois está a começar uma nova era nas relações com os países ACP. As negociações abrirão caminho para uma nova dinâmica na cooperação que vá além da dimensão tradicional do desenvolvimento.



QUAIS SÃO OS POTENCIAIS BENEFÍCIOS? QUE TIPO DE ALTERAÇÕES IMPLICARÁ PARA OS CIDADÃOS A ENTRADA NUMA NOVA ERA DAS RELAÇÕES UE-ACP?

Espera-se que o novo Acordo, que deverá aproveitar os ensinamentos dos 44 anos de cooperação, se traduza em oportunidades sem precedentes. Ao criarem uma aliança política forte, a UE e os seus parceiros estarão em condições de definir soluções adaptadas aos desafios com que se depara cada região, desafios esses que abrangem o crescimento e a criação de emprego, o desenvolvimento humano e a paz, a imigração e a segurança. Muitos dos actuais desafios de dimensão global exigem uma abordagem concertada e multilateral para permitir alcançar resultados tangíveis. Em 2015, criou-se uma coligação que acabou por conduzir à celebração do Acordo de Paris sobre as alterações climáticas. Isto mostra que a parceria ACP-UE tem o peso necessário para proporcionar respostas válidas aos desafios globais. Se unirem forças, pode-se constituir uma maioria a nível mundial, uma vez que a UE e os países ACP representam mais de metade dos membros da ONU. Juntos,

podem fazer a diferença e definir uma agenda global nas instâncias internacionais. Segundo as directrizes de negociação, as prioridades estratégicas da UE abrangem o seguinte:

- acelerar os progressos tendo em vista a concretização dos objetivos da Agenda 2030 das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável e erradicar a pobreza em todas as suas dimensões;
- promover um desenvolvimento económico, inclusivo e sustentável;
- construir Estados e sociedades mais fortes, através da paz, da segurança, da justiça e da luta contra o terrorismo;
- apoiar o desenvolvimento do sector privado e reforçar a integração regional;
- promover e garantir o respeito pelos direitos humanos, as liberdades fundamentais, a democracia, o Estado de direito e a boa governação;
- gerir as questões da mobilidade e das migrações;
- apoiar a transição para economias com baixas emissões de gases com efeito de estufa e resilientes às alterações climáticas;
- assegurar a sustentabilidade ambiental e a gestão racional dos recursos naturais.

DE QUE FORMA A UE E OS PAÍSES ACP TENCIONAM ALCANÇAR ESTES OBJECTIVOS?

Através de uma nova estrutura, mais adaptada às necessidades de cada região. A nova parceria pode actuar como um poderoso instrumento para o reforço das nossas relações com os países na sua globalidade, bem como com cada uma das regiões (África, Caraíbas e Pacífico), e centrar a acção nas principais prioridades estabelecidas, permitindo também assim continuar a desenvolver as relações «continente a continente» com África.

A nova estrutura proposta consiste na combinação dos seguintes factores:

As três «regiões» administrarão as parcerias regionais flexíveis, prevendo o reforço do papel das organizações regionais competentes na criação e gestão das futuras parcerias regionais.

QUAIS SÃO AS PRIORIDADES ESPECÍFICAS PROPOSTAS PARA A REGIÃO AFRICANA?

A União Europeia propõe as seguintes prioridades para a parceria UE-África: alcançar a paz e a estabilidade, gerir as migrações e a mobilidade, consolidar a democracia e a boa governação, liberar as potencialidades económicas, alcançar os padrões de desenvolvimento humano e combater as alterações climáticas. A proposta está em total consonância com os resultados da Cimeira União Africana-união Europeia realizada em Novembro de 2017 em Abidjá.

QUAL É A LIGAÇÃO ENTRE A FUTURA PARCERIA ACP-UE E A NOVA ALIANÇA ÁFRICA-EUROPA PARA INVESTIMENTOS E EMPREGOS SUSTENTÁVEIS?

A nova Aliança África-Europa para o Investimento Sustentável e o Emprego, visa aproximar os continentes, promovendo um aumento substancial do investimento privado por parte de europeus e africanos, contribuindo para melhorar o ambiente empresarial, fomentando o comércio e a criação de emprego, apoiando simultaneamente a educação e as competências que irão beneficiar tanto as populações europeias como as africanas.

Contribuirá, por conseguinte, para a agenda económica do pilar regional africano da futura parceria ACP-UE.

Uma das principais prioridades da UE consiste em aumentar o investimento responsável em África, especialmente nos sectores em que a União Europeia representa um valor acrescentado. A nova Aliança África-Europa para o Investimento Sustentável e o Emprego não é uma iniciativa isolada. Faz parte de um conjunto mais vasto de quadros estratégicos e é um elemento crucial para concretizar a Declaração da Cimeira UA-UE em Abidjá.

AS ORGANIZAÇÕES REGIONAIS DESEMPENHARÃO UM PAPEL NA PARCERIA PÓS-2020?

O crescimento de organismos regionais tem sido uma tendência significativa desde a década de 1990. Surgiram diversas organizações regionais nos países ACP, algumas das quais se tornaram importantes intervenientes nas relações internacionais. A União Africana, o Fórum das Ilhas do Pacífico e CARIFORUM, nomeadamente, têm vindo a afirmar os seus papéis respectivos, o mesmo sucedendo com certas organizações sub-regionais africanas como a CEDEAO e a SADC*.

A UE e os países ACP continuarão a basear-se num sistema de governação a vários níveis, que permite a adopção de medidas ao nível mais adequado (nacional, regional, continental ou ACP), em consonância com os princípios da subsidiariedade e da complementaridade.

NOTAS:

* No caso particular dos PALOP estes estão integrados em 3 Comunidades económicas regionais (CEDEAO, CEEAC e SADC) que abrem oportunidades para o aprofundamento das relações comerciais:

► CEDEAO

A Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (Economic Community of West African States) é uma união económica regional de 15 países da África Ocidental.

É composta pelos seguintes estados membros: Benim, Burkina Faso, Cabo Verde, Costa do Mar-

fim, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Libéria, Mali, Níger, Nigéria, Serra Leoa, Senegal e o Togo.

Coletivamente representa um território de 5 114 162 km² e uma população estimada de mais de 349 milhões (2015) e um PIB de 728 mil milhões de USD (2015).

► CEEAC

A Comunidade Económica dos Estados da África Central tem como países membros: Angola, Burundi, Camarões, República do Chade, República Centro-Africana, República do Congo, República Democrática do Congo, Gabão, Guiné Equatorial e São Tomé e Príncipe.

A Comunidade representa uma população de mais de 174,6 milhões de pessoas e um PIB de 442 mil milhões de dólares (2015), compreendendo uma superfície de 6 640 600 km².

► SADC

A Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral foi criada em 1992 para incentivar as relações comerciais entre os seus 15 países membros.

São Países-Membros da SADC: África do Sul, Angola (integra também a CEDEAO), Botsuana, Lesoto, Madagáscar, Malawi, Maurício, Moçambique, Namíbia, República Democrática do Congo, Seicheles, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue.

Com uma área de 5 519,9 km², o bloco reúne uma população de 327,2 milhões de habitantes e representa um PIB conjunto de 162,2 mil milhões de dólares.



NOVA PARCERIA ÁFRICA-UE

A relação da UE com a África é uma prioridade fundamental para a nova Comissão. A nova realidade Covid torna essa relação ainda mais importante.

A pandemia COVID-19 em curso e a crescente urgência da crise climática mostram ao mesmo tempo o quanto interdependentes os dois continentes são, e por que é tão importante que ambos os continentes ajam urgentemente para aproveitar as oportunidades compartilhadas que estão por vir e enfrentar os desafios comuns que todos enfrentam. Esta pandemia não conhece fronteiras e, como se demonstrou, uma resposta global e uma capacidade de agir como uma comunidade internacional são essenciais.



O QUE A UE PROPÕE?

A visão da Comissão Europeia e do Serviço Europeu de Ação Externa (EEAS) sobre a futura parceria UE- África propõe trabalhar em conjunto em

CINCO TENDÊNCIAS GLOBAIS FUNDAMENTAIS.

- **1.** Uma Parceria para a Transição Verde e Acesso à Energia
- **2.** Uma Parceria para a Transformação Digital
- **3.** Uma Parceria para o Crescimento Sustentável e Empregos
- **4.** Uma Parceria para a Paz, Segurança e Governança
- **5.** Uma Parceria em Migração e Mobilidade

As propostas da Comissão e da EEAS estabelecem formas práticas de trabalhar em conjunto para implementar a parceria.

As propostas estabelecem não apenas as oportunidades e desafios, mas também identificam 10 pontos de ação como base para a cooperação futura.

“A estratégia de hoje com África é o roteiro para avançar e levar a nossa parceria para o próximo nível. A África é o parceiro natural e vizinho da União Europeia. Juntos podemos construir um futuro mais próspero, mais pacífico e sustentável para todos.”

Ursula von der Leyen, Presidente da Comissão Europeia (9 de março de 2020)

RESUMINDO, PROPÕE-SE QUE A UE ESTABELEÇA PARCERIAS COM ÁFRICA PARA AS DEZ MEDIDAS SEGUINTEs:

► 01/

Maximizar os benefícios da transição ecológica e minimizar as ameaças ao ambiente em plena conformidade com o Acordo de Paris;

► 02/

Impulsionar a transformação digital do continente;

► 03/

Reforçar, substancialmente, os investimentos sustentáveis em termos ambientais, sociais e financeiros que sejam resilientes aos impactos

das alterações climáticas; promover oportunidades de investimento, aumentando a utilização de mecanismos de financiamento inovadores; e impulsionar a integração económica regional e continental, em particular por meio do Acordo de Comércio Livre Continental Africano;

► 04/

Atrair investidores, apoiando os Estados africanos na adopção de políticas e reformas regulamentares que melhorem o ambiente empresarial e o clima de investimento, nomeadamente condições equitativas para as empresas;

► 05/

Melhorar rapidamente a aprendizagem, os conhecimentos e as competências, as capacidades de investigação e inovação, em particular para as mulheres e a juventude, protegendo e reforçando os direitos sociais e erradicando o trabalho infantil;

► 06/

Adaptar e aprofundar o apoio da UE aos esforços de paz africanos por meio de uma cooperação mais estruturada e estratégica, dedicando particular atenção às regiões com maiores tensões e vulnerabilidades;

► 07/

Integrar a boa governação, a democracia, os direitos humanos, o Estado de direito e a igualdade de género nas acções e na cooperação;

► 08/

Garantir a resiliência, interligando as intervenções humanitárias, de desenvolvimento, paz e segurança em todas as etapas do ciclo de conflito e crise;

► 09/

Garantir uma abordagem equilibrada, coerente e abrangente para a migração e a mobilidade;

► 10/

Reforçar a ordem internacional assente em regras e o sistema multilateral, com a ONU no seu cerne.

FONTES:

- Comissão Europeia (2020) “Rumo a uma estratégia abrangente para África”, JOIN(2020) 4 final, Bruxelas, 9.3.2020
- https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/pt/MEMO_18_5903 (Nova Parceria ACP-UE após 2020)
- https://ec.europa.eu/international-partnerships/priorities/africa-eu-partnership_en